

Recursos Didáticos Docentes e a Aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em Eunápolis-BA-Brasil.

Recursos Didáticos Docentes y Aprendizajes de Jóvenes y Adultos de la Escuela Modelo Municipal Antônio Batista, en Eunápolis-BA-Brasil.

Antonio Dias Dos Santos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos de uma Escola Municipal de Eunápolis-Bahia/Brasil, que propõe uma discussão sobre a importância dos recursos didáticos docentes para a construção do conhecimento dos discentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ênfase dar-se-á no livro didático, tendo em vista que por muitos anos o público da EJA não possuía um material apropriado para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, que se efetivava mediante ao uso dos recursos didáticos disponíveis na escola, específicos para os discentes do ensino regular, diurno, desde a alfabetização até o Ensino Médio. Isso significa que por muito tempo o professor teve que lançar mão de um material didático com linguagem e abordagem distantes da realidade dos alunos jovens e adultos. Estes, por sua vez, já estavam inseridos no mundo do trabalho; eram chefes de família, donas de casa, microempreendedores, com uma visão de mundo muito além daquilo que estava proposto nos recursos didáticos disponíveis para eles. Essa realidade percorreu por todas as escolas brasileiras, até que, a partir do ano de 2009, começa-se a pensar num material com uma abordagem mais próxima da realidade da EJA.

Palavras-chave: Recursos didáticos; Educação de Jovens e Adultos; Aprendizagem; Docentes da EJA.

¹Universidad Autónoma de Asunción – Paraguay. Magister en Ciencias de la Educación
Email: antonioidiasdossantos@hotmail.com

Abstract: : *This article aims to analyze the influence of teaching didactic resources on the learning of Young and Adult students of a Municipal School of Eunápolis-Bahia / Brazil, which proposes a discussion about the importance of teaching didactic resources for the construction of students' knowledge. Youth and Adult Education (EJA). Emphasis will be given to the textbook, given that for many years the EJA public did not have appropriate material for the development of pedagogical work, which was achieved through the use of available teaching resources specific to regular, daytime students, from literacy to high school. This means that for a long time the teacher had to use teaching material with language and approach that was far from the reality of young and adult students. These, in turn, were already inserted in the world of work; they were householders, housewives, microentrepreneurs, with a worldview far beyond what was proposed in the teaching resources available to them. This reality ran through all Brazilian schools, until, starting in 2009, we began to think of a material with a closer approach to the reality of EJA.*

Keywords: Teaching resources; Youth and Adult Education; Learning; EJA teachers.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos. Ela é de caráter descritivo, com enfoque qualitativo. A investigação se deu através da coleta de dados, tendo como instrumentos um questionário aplicado aos docentes, a análise da taxa de rendimento escolar dos discentes e da proposta curricular da EJA. O questionário foi elaborado de forma fechados e, assim, a metodologia é qualitativa e quantitativa, de aspecto misto. As questões que motivaram o desenvolvimento deste estudo, também originaram a problemática, objeto da pesquisa realizada na Escola Modelo Municipal Antônio Batista, a saber, “Os recursos didáticos utilizados pelos docentes da EJA influenciam a aprendizagem do aluno?”. Aqui, como recursos didáticos, subentende-se tudo aquilo que pode ser utilizado pelo docente para incrementar e dar suporte à sua prática pedagógica. Portanto, além do livro didático, compreende-se como recursos todo material disponível na escola para o fim pedagógico, bem como, os ambientes e suas especificidades (sala de informática, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva, cozinha, pátio).

Este estudo parte da reflexão sobre o olhar docente para os estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Sobretudo, como a ação pedagógica do professor, apoiada nos recursos didáticos docentes disponíveis na unidade escolar, influencia a aprendizagem destes educandos. Por muito tempo, o professor encontrou-se sem apoio didático para atender efetivamente o discente jovem e adulto. Por conseguinte, viu-se obrigado a utilizar recursos didáticos com especificidades para o segmento do Ensino Regular. Muitas vezes, a linguagem e os textos utilizados para alfabetizar o estudante da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) eram infantilizados e distantes da realidade deste público. Os discentes sentiam-se constrangidos e desestimulados a continuarem seus estudos.

Com o passar dos tempos, à medida que novos saberes sobre esse público foram construídos, começa-se a pensar e produzir material didático com abordagens coerentes à vivência do discente EJA, como uma resposta às indagações e às solicitações dos profissionais em educação que lidavam com essa modalidade. O material apresenta os conteúdos num contexto mais maduro, com linguagens mais apropriadas para o aluno jovem e adulto, abordando o mundo do trabalho, o cotidiano do chefe de família e da dona de casa, direitos e deveres, dentre outras abordagens. No entanto, muitos professores mantiveram as suas práticas pedagógicas ancoradas nas metodologias do passado. Continuaram a trabalhar com recursos didáticos específicos do Ensino Regular, próprios para crianças e adolescentes, utilizando os mesmos textos e a mesma linguagem num contexto infantojuvenil.

Na sua tese de doutorado, Mello (2010) fundamenta-se em Bittecourt (2008), sua orientadora, para abordar a história dos recursos didáticos, dando ênfase à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele apresenta o livro didático como objeto multidimensional e complexo, pois, através de sua forma e conteúdos, dissemina ideologias e concepções de educação para esse público. O próprio recurso apresenta um currículo para a EJA, com métodos de ensino e aprendizagem, contemplando as especificidades destes discentes. Desta forma, fica claro que o olhar e a postura frente a este público devem ser coerentes à sua realidade e ao seu contexto. Isso porque o jovem, o adulto e o idoso apresentam características

próprias, que são resultados de suas vivências, de suas experiências. A postura do educador frente à realidade destes discentes poderá assegurar o seu interesse e a sua continuidade nos estudos. É necessária, portanto, uma reflexão profunda sobre a prática metodológica do docente, relacionada à utilização dos recursos didáticos e a efetivação da aprendizagem do discente na perspectiva de garantir a elevação da qualidade da educação desta modalidade.

TIPO DE PESQUISA Y OBJETIVOS

O modelo de investigação foi selecionado de acordo com o objetivo principal da pesquisa, que é: Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos. Como objetivos específicos, tem: Determinar quais recursos didáticos (tics, metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista; Identificar os recursos didáticos oficiais e extraoficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista; Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes; Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA e Coletar na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1.

A pesquisa foi de característica descritiva e de investigação ação. Descritiva porque mostrou objetivamente as características de uma realidade concreta. Nesse sentido teve-se uma investigação com enfoque metodológico qualitativo (estudo de caso) e quantitativo, de aspecto misto. O paradigma foi interpretativo. Utilizou-se a metodologia humanista-interpretativa, uma vez que o investigador, enquanto participante, foi também instrumento da investigação.

A escola pesquisa foi a Escola Modelo Municipal Antônio Batista, do município de Eunápolis, Bahia – Brasil, tendo como foco o turno noturno, onde se oferece a modalidade em análise. Participaram da pesquisa através do questionário quatorze (14) professores do quadro efetivo da escola e 163 alunos (amostra intencional). Para coletar os dados desta pesquisa foi utilizado um questionário

fechado, com possibilidade de justificativa das respostas, com 13 questões direcionadas para os professores do ensino da EJA. Além da aplicação do questionário, foram analisados o Projeto Político Pedagógico da escola e a Ata de Rendimento Escolar do ano 2016.1 da escola.

EJA, SIGNIFICADO E ATRIBUIÇÕES.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino oferecida gratuitamente pelo governo, em espaços formais ou não formais. Com o intuito de oferecer a oportunidade de escolarização e, além disso, de aprendizagem - dando perspectiva de mudança- para aqueles que não obtiveram a oportunidade de acesso ou ingresso nas atividades escolares em idade regular, ou para aqueles que deram início, mas por inúmeros motivos não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na modalidade regular de ensino. A EJA não oferece apenas um certificado de conclusão, mas a esperança de ingresso no mundo do trabalho, a realização de sonhos e a queda da taxa de analfabetismo no país. O histórico da EJA no Brasil perpassa a trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem institucionalizando-se desde a catequização dos indígenas, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos (PAIVA, 1973).

O ingresso de jovens e adolescentes na educação é marcado inicialmente por rupturas ideológicas, conflitos políticos, movimentos sociais, que associavam o atraso econômico às altas taxas de analfabetismo no país. Este contexto mostra-nos que, até ser concebida como modalidade de ensino da Educação Básica Nacional, conforme prevê o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/ 96, lutas e enfrentamentos populares foram necessários, em favor do acesso e permanência do público jovem e adulto nas salas de aula brasileiras. A LDB 9394/96 assegura esse serviço ao estabelecer, no Art. 37, que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996). Em uma sociedade em constantes transformações tecnológicas e em grandes explorações científicas, a escolaridade básica se torna cada vez mais necessária para o ingresso no mundo do trabalho e até mesmo em grupos sociais. A procura de ingresso nas

escolas e, além disso, de certificação, é cada vez mais procurada tanto pelos educandos quanto por parte da indústria, comércio e afins.

HISTÓRICO DO MATERIAL DIDÁTICO DESTINADO À

Para falarmos do percurso do material didático da EJA até os dias atuais é importante lembrarmos que na colonização do Brasil também houve Educação de Adultos através dos jesuítas. Na pesquisa "Um olhar sobre os materiais didáticos de leitura da educação de jovens e adultos", as autoras Cavalcante e Freitas nos mostram que os jesuítas foram os primeiros a produzirem materiais didáticos para educação de adultos aqui no Brasil.

Para consolidar o projeto de "catequese", esses religiosos iniciaram a produção de diversos materiais escritos na língua dos indígenas como: gramática da língua TupiGuarani e os catecismos de doutrinas (CAVALCANTE e FREITAS, 2010, p.3).

A partir destes materiais didáticos, os colonizadores objetivavam se apropriar da língua nativa, ensinar-lhes sua língua e impor suas tradições religiosas e culturais. Após este período, a educação de adultos ficou emudecida por um longo tempo na história do Brasil. Ainda segundo autoras, no Brasil, até meados do século XIX, o ensino da leitura era feita através de bíblias ou documentos de cartório. Os livros eram escassos nas escolas, ficando, os poucos existentes, no controle das famílias com mais poder aquisitivo. Nesta época, não havia nenhuma política instituída a favor da educação popular, muito menos dos menos favorecidos. Dentre estes poucos livros de ensino e prática da leitura, estavam as cartilhas. Registros apontam que a primeira cartilha impressa no Brasil para o ensino do idioma português foi elaborada por João de Barros em 1539, intitulada "Cartinha de aprender a ler". Nestas cartilhas, estavam o alfabeto, o silabário e os princípios do catecismo imposto pela igreja católica, que exercia naquela época uma grande influência política e no âmbito educacional. As cartilhas surgiram em uma época anterior aos materiais impressos e era destinado ao público infantil na fase de alfabetização. Segundo as autoras Stauffer e Martins (2010, p.2), na pesquisa "A Historicidade do livro didático: das "cartinhas" moralizadoras às possibilidades discursivas:

"este primeiro material didático tinha por feito instituir um processo civilizatório, através de conteúdos moralizadores, retirando o indivíduo do obscurantismo. Acoplava-se o viés da instrução, com a necessidade de se instaurar novos valores e virtudes."(STAUFFER E MARTINS, 2010, p.2)

Este modelo de educação autoritária, onde o professor era opressor, se manteve no Brasil até o início do século XX. Na educação de adultos, as pesquisas apontam que, seguindo este modelo de material didático, surgiu a cartilha "Nova carta do ABC", do autor Laudelino Rocha, em 1924. Na esfera internacional, surgiu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que além de incentivar ações em benefício da Educação de Adultos, aliou-se aos movimentos populares, forçando o campo político reconhecer que os resultados do sistema educacional tinha que melhorar para o Brasil se juntar aos países desenvolvidos. Os movimentos em prol da educação de adultos ganham mais força com fim da Era Vargas (1945). Quanto à produção de material didático, foram reservados 8 a 12% dos planos financeiros da Campanha de Educação de Adultos (CEA). Esta produção ficou sob a responsabilidade do setor de orientação pedagógica do SEA, que neste mesmo ano elaborou e iniciou a distribuição de cartilhas e textos de leituras para as unidades de ensino.

A CEA foi a primeira campanha com produção e distribuição de materiais didáticos em grande quantidade para todo o país. Dez anos após, foi criado o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) que apresenta na exposição de motivos ao ministro a finalidade de: atrair iletrados e os reter nas escolas existentes, complementando, ainda, o trabalho dos respectivos professores; a segunda será de servir de escola, onde a escola e o professor faltarem(...). (MELLO, 2010, p. 68 apud Exposição de motivos, p.1). O Sirena produziu uma cartilha denominada Radio Cartilha, além dos programas radiofônicos transmitidos nos horários educativos. Mello (2010), baseado em Fávero, afirma que este sistema era completo, pois contava com a participação de diversos profissionais das áreas de veterinária, agronomia, educação e saúde. Porém, para este havia uma incompatibilidade entre a qualidade das transmissões radiofônicas e o material didático deste sistema, a Radio-cartilha.

Para Fávero (2010) havia infantilização do conteúdo, pois as vogais eram acompanhadas de desenhos (Ave/Ema/Ipê/Ovo/Uva); não respeitava a diversidade

regional; além das inúmeras frases sem sentido ("O palhaço é alto"/"Ele almoça com calma"). No fim da década de 1950 e início de 1960, foram organizadas iniciativas importantes, com novas perspectivas para a Educação de Adultos. Entre estas estavam o II Congresso de Educação de Adultos, discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA), o Plano Nacional de Educação, o Programa de Emergência, o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, a Comissão Nacional de Alfabetização e o Plano Nacional de Alfabetização. Porém, com o golpe militar de 1964, tudo isso se altera e a educação de adultos que passou a ser responsabilidade do município e o estado, extinguindo então a probabilidade de crescimento dos projetos anteriores, passou a estar mais sob a liderança de movimentos de cultura e educação popular do que da esfera federal.

Estes movimentos aconteceram em todo o Brasil, mas se consolidaram mais no nordeste brasileiro. Entre eles, estão o Movimento de Cultura Popular de Recife-PE; a Campanha de Educação Popular da Paraíba; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler de Natal- RN. Estes movimentos se inspiravam nos ideais Freireanos, que buscavam a conscientização política e transformação social. Sendo assim, estes movimentos começam a ver problemas nos materiais didáticos de alfabetização de adultos, que não só possuíam uma linguagem infantil, como não realizavam pontes de raciocínio para a realidade do jovem ou adulto, mas fazia analogia a brincadeiras infantis, entre outras, então começam a produzir materiais mais adequados, em suas perspectivas para esta finalidade. O Movimento de Cultura Popular (MCP) produziu o primeiro Livro de Leituras para Adultos. Este trazia palavras do cotidiano e textos de consciência política. Este livro também foi adotado por outros estados, que apenas fazia pequenas modificações em seu contexto cultural.

O Programa de emergência também publicou um material, denominado Cartilha do ABC, baseado no método silábico e recheado de atividades de cópias. Por isso, segundo Fávero, "o pior material didático já produzido para a alfabetização no Brasil" (Cavalcante, 2009, p27 apud Fávero 1984, p.298). O Movimento de Educação de Base (MEB) cria materiais intitulados "Saber para

Viver" e "Viver é Lutar". Estes tinham como temática a vida e trabalho no campo e possuíam um caráter político e conscientizador. Em 1967 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que produziu muitos materiais didáticos para educação de adultos durante sua existência.

Meado dos anos 1990 é lançada a produção didática "Viver é Aprender" elaborada pela Ação Educativa, organização não governamental, atendendo a solicitação do MEC. Esta coleção está dividida em 1º e 2º segmento e os conteúdos subdivididos em três áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. Muitas outras produções didáticas surgiam através de diversas iniciativas, vale destacar os materiais desenvolvidos pela Central Única pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que desenvolveu materiais para serem utilizados em seus assentamentos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), através dos seus programas Integrar e Integração e em parceria com algumas universidades. Um grande exemplo de iniciativas de gestões municipais é o Movimento de Alfabetização (MOVA), inaugurado quando Paulo Freire estava à frente da Secretaria de Educação de São Paulo (1989-1992). Este movimento fazia parte de uma "política pública de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvida em parceria entre o governo municipal e organizações comunitárias vinculadas aos movimentos sociais urbanos" (Mello, 2010, p.88 apud Graciano e Di Pierro, 2003).

No início dos anos 2000, o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD) expande a distribuição de livros para além do ensino fundamental da rede pública para o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Especificamente, em 2007, é criado o Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Em 2004, o Ministério da Educação cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esta, a partir do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, visa valorizar a diversidade cultural, racial, econômica, religiosa e geográfica, respeitando as diferenças e objetivando reduzir a desigualdade e amenizar a dívida histórica educacional com os jovens e adultos que ainda não concluíram a educação básica. Com isto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), elabora um novo material para EJA. Neste

mesmo ano, foi publicada a Coleção Cadernos de EJA. A SECAD também publicou a coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, destinada para os professores de EJA. Em 2009, o PNLA foi incorporado ao PNLD EJA e, a partir daí, a distribuição de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos da rede pública passa seguir o que está estabelecido atualmente neste programa.

RESULTADO E CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa se deram, em parte, mediante às respostas adquiridas na aplicação do questionário. Com relação à primeira questão – Quais recursos didáticos são efetivamente utilizados como apoio ao trabalho pedagógico do docente da EJA? – o que se pôde observar é que o profissional tem se apoiado muito mais nos livros didáticos (LD), sejam direcionados a essa modalidade de ensino ou não. Alguns fazem uso do LD oferecido pelo governo por meio do programa PNLD-EJA, financiado pelo FNDE do Ministério da Educação, da editora Moderna, escolhido pelos professores e disponível a todos os educandos. Outros fazem garimpos dos conteúdos em literaturas variadas, atuais e antigas. Os demais recursos são utilizados esporadicamente por um grupo pequeno de professores. Neste caso, os mais utilizados são a TV e o projetor de imagens.

Sobre a segunda questão – Quais fatores implicam na adequação da metodologia e da prática pedagógica à realidade da EJA? – ficou claro que os profissionais compreendem a importância dessa adequação e, algumas vezes, conseguem fazer. Eles são conscientes que isso não é uma prática frequente e que precisam adequar-se. Conforme descrito no Capítulo 4, há algumas indicações que podem responder a essa questão, que dizem respeito ao fator tempo e à pré-disposição. Com relação ao tempo, para alguns profissionais, ele é escasso em função da sua carga de trabalho, pois, muitos deles trabalham durante o dia, nos turnos matutino e vespertino. Eles veem nisso uma justificativa para não planejar suas aulas em conformidade com as necessidades desta modalidade. Sobre a pré-disposição, alguns docentes sinalizaram no questionário o desinteresse em conhecer o PPP e o que nele se propõe para a EJA.

Para a terceira questão – Qual a relação entre os recursos didáticos utilizados pelo docente e a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos? – a resposta

está relacionada ao que se propõe no PPP. Este documento não apresenta uma proposta exclusiva para a modalidade de educação de jovens e adultos. O que há, são apenas os objetivos específicos para ela. Portanto, salienta-se que a relação está implícita nesses objetivos e que se pode estabelecê-la à medida em que o docente faz o uso adequado (no sentido de correspondente) dos diversos recursos disponíveis na escola, bem como, do LD, já elaborado, respeitando a realidade e necessidades deste público. A falta e/ou a inadequação de recursos didáticos têm sido apontadas como destaques entre os sérios problemas enfrentados na Educação de Jovens e Adultos. É sabido que, dentre os recursos utilizados nas salas de aula, o livro didático (LD) é um dos que exercem maior influência na prática de ensino brasileira (Brasil, 2002). Por essa razão, é importante refletir sobre a qualidade do material que tem sido levado para as salas de aula da EJA. É importante analisar suas especificidades, relação com o perfil do público, relação com as vivências do discente e com o seu conhecimento de mundo, tendo em vista que, segundo Freire, a leitura de mundo vem antes que a leitura das palavras.

A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (FREIRE, 1989, p 9)

Nesse sentido, há necessidade de adequação para melhor aproveitamento do processo de aprendizagem dos discentes. Essa adequação deve ser feita e refeita continuamente, de acordo com as novas diretrizes curriculares, com as novas propostas de ensino, com a transformação e atualização que vão além do ambiente escolar. Entretanto, o docente deve buscar qualificar-se para atender bem ao seu público, segundo as suas especificidades. Essa formação deve ocorrer continuamente em parceria com o poder público. Deve ser permanente, pois as transformações vivenciadas na sociedade são constantes e para acompanhá-las, faz-se necessária também uma formação continuada dos docentes.

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à uma natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a

formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20).

Vale salientar que o público do EJA é formado por discentes que enfrentam diversas dificuldades cotidianas e, portanto, dependentes de um acompanhamento especial, de perto, multidirecional, onde o docente esteja aberto para escutar sobre os saberes populares trazidos pelo educando, de modo que seja exposta uma realidade esperançosa e otimista, para estes que veem e devem ver além da sala de aula.

Em relação à quarta questão – Como se efetiva a relação da prática metodológica do docente com os recursos didáticos disponíveis na escola? - ficou claro, pelas respostas dadas no questionário aplicado ao docente, que essa relação se estabelece nas práticas intuitivas, advindas da experiência profissionais. A quinta e última questão, que oriunda a problemática é “Qual a relação do rendimento escolar do discente com o uso efetivo dos recursos didáticos da EJA?”. Os professores deixam claro em suas respostas ao questionário aplicado que reconhecem a importância do uso desses recursos, inseridos no seu planejamento frequentemente, para a qualidade da aprendizagem do discente. Assim, se isso ocorrer, por consequência, deve acontecer um aumento no índice de aprovação. Nesse sentido, segundo os próprios profissionais, se o uso adequado dos recursos for frequente em sua prática pedagógica, o aluno apreenderá com mais propriedade os conteúdos. Levando em conta que os conteúdos serão mais significativos para eles, em sua realidade. A Educação de Jovens e Adultos ainda precisa de ajustes, e um dos aspectos que podem melhorar é o material didático de qualidade e adaptado às características dessa modalidade de ensino, que vai auxiliar o educador, servindo de instrumento facilitador do seu trabalho. Os materiais da EJA precisam atender necessidades como fator tempo, a diversidade regional e a identidade da comunidade escolar, o que torna a produção desse material mais complexa e dispendioso. Isso significa a necessidade de se criar políticas públicas que deem conta de atender aos anseios de toda a comunidade escolar. Esta é uma tarefa árdua e que merece toda atenção e critério das entidades competentes para este feito.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C. (2005). Reflexão em Paulo Freire: Uma Contribuição para a Formação Continuada de Professores. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife.
- Albuquerque, M. (s/d). Formação Continuada e o Processo de Socialização Profissional. Piauí.
- Batista, A.; Rojo, R. (2003). Livro didático de Língua Portuguesa: letramento e cultura da escrita. São Paulo: Mercado de Letras.
- Beisiegel, C. (2003). A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. Alfabetização e Cidadania, São Paulo.
- Bezerra, C. (2003). Programas e projetos para a educação de jovens e adultos, governo Luiz Inácio Lula da Silva. Discurso do Presidente Lula, CEFET/ BA, Santo Amaro, São Paulo.
- Bittencourt & Fernandes (2008). Livro didático e saber escolar (1810-1910). Autêntica Editora Belo Horizonte.
- Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96. Brasília.
- Brasil (2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento nacional preparatório a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília.
- Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96. Brasília.

Frigotto, G. (2005). Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. Cortez. São Paulo.

Capucho, V. (2012). Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimentos da cidadania. Cortez. São Paulo.

Casério, V. (2003). Uma visão histórica da educação no Brasil. Educação de Jovens e Adultos na sociedade da informação e do conhecimento: tecnologias e inovação. EDUSC. São Paulo.

Campoy, G. (2016) Análise das técnicas utilizadas e tendências da manufatura enxuta na indústria automobilística. Guaratinguetá.

Brasil (2010). Conferência Nacional de Educação (CONAE). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias. Documento de Referência. Brasília.

Brasil (2010). A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação. Educ. Soc. Campinas.

Brasil (2001). Educação para todos: o compromisso de Dakar. Ação Educativa. São Paulo.

Crisóstomo, K.; Crisóstomo, M. (2015). O uso de livro didáticos da educação de jovens e adultos: que caminho trilhar? Revista Científica Interdisciplinar. Nº 4, volume 2, artigo nº 8. Rio de Janeiro.

Cury, C. (2000). Parecer CNE/CEB n. 11/2000, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos. MEC/CNE. Brasília.

- Delors, J. (1998). Educação: um tesouro a descobrir. Cortez. São Paulo.
- Di Giorgi, C. (2001). A educação básica no Plano Nacional de Educação. Cadernos do Observatório. Rio de Janeiro.
- Di Pierro, M. (2001). Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação & Pesquisa. São Paulo.
- Di Pierro, M. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação & Sociedade. Campinas.
- Di Pierro, M. (2008). Luta social e reconhecimento jurídico do direito humano dos jovens e adultos à educação. Revista Educação. Santa Maria.
- Di Pierro, M. (2010). Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOARES, L. et al. (Org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: educação de jovens e adultos. Autêntica. Belo Horizonte.
- Di Pierro, M.; Abbonizio, A.; Graciano, M. (2004). Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil. Ação Educativa. São Paulo.
- Di Pierro, M.; Graciano, M. (2003). Educación de personas jóvenes y adultas en Brasil. In: LA EDUCACIÓN de jóvenes y adultos en América Latina y el Caribe: hacia un estado del arte. UNESCO/OREALC. Santiago do Chile.
- Di Pierro, M.; Vovio, C.; Andrade, E. (2008). Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática. UNESCO. Brasília.

Fávero, O. (1984). Referências sobre materiais didáticos para a educação popular: Perspectivas e Dilemas da Educação Popular. Edições Graal. Rio de Janeiro.

Fávero, O. & Rivero, J. (1984). Educação de Jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos. UNESCO, Fundação Santillana. São Paulo

Frederico, N. & Auxiliadora, M. (2006). A Formação Continuada de Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas. Ed. UFAL. Maceió.

Freire, P. (1989). A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Autores Associados. Cortez. São Paulo.

Freire, P. (2000). Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Freire, P. (1997). Política e educação. Cortez. São Paulo.

Ferreira, N. (2006). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. Cortez. São Paulo.

Fuck, I. (1994). Alfabetização de Adultos. Relato de uma experiência construtivista. Vozes. Petrópolis.

Gadotti, M. (2000). Estado e Movimentos Populares. In: GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire. São Paulo.

Gatti, B.; Nunes, M. (2009). Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia,

Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. FCC. São Paulo.

GLEACE: Grupo latino-americano de especialistas em alfabetização e cultura escrita (2009). Declaração sobre analfabetismo e alfabetização. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/22896417/GLEACE-Declaracao-sobre-Analfabetismo-e-Alfabetizacao>>.

Haddad, S. (2009). A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. Revista Brasileira Educação, Rio de Janeiro.

Haddad, S.; Di Pierro, M. (2006). An historical overview of adult formal education in Brazil. In: CASTRO, R.V.; SANCHO, A.V.; GUIMARÃES, P. (Ed.). Adult education: new routes in a new landscape. Universidade do Minho. Braga.

Haddad, S. (2008). A situação da atual educação de pessoas jovens e adultas no Brasil. Resumo Executivo. Crefal. México.

Haddad, S. (2007). Por uma nova cultura na educação de jovens e adultos, um balanço de experiências de poder local. Anais da 30ª. Reunião Anual da Anped. Caxambu.

Lima, V. (2006). Formação de professores para educação de jovens e adultos. Vozes.

Petrópolis.

Mello, P. (2010). Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos: História, formas e conteúdos. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Ministério da Educação e do Desporto (2008). Secretaria de Educação Básica. Guia PNLA. Brasília.

Ministério da Educação e do Desporto (2000). Secretaria da Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01. Brasília.

Ministério da Educação e do Desporto (2014). Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA. EDUFRRN. Natal.

Paiva, V. (1983). Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira. Loyola. São Paulo.

Paiva, J.; Machado, M.; Ireland, T. (2004). Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). UNESCO/MEC, Brasília.

Piletti, C. (2000). Didática geral. Ática. São Paulo.

Pierro, M. & Graciano, M. (2003). Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe. Ação Educativa. São Paulo.

Schmitz, E. (1993). Fundamentos da Didática. UNISINOS. São Leopoldo.

Silva, R. (2000) Ensino de ciências e cidadania: fundamentos e abordagens. Vieira.

Campinas.

Soares, L. (1999). Processos de inclusão/exclusão na educação de jovens e adultos. Presença Pedagógica. São Paulo.

Torres, R. (2002). Aprendizaje a lo largo de toda la vida: un nuevo momento y una nueva oportunidad para el aprendizaje y la educación básica de las personas en el sur. ASDI. Buenos Aires.

Travassos, D. & Giusti, G. (2010), Formação de Educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programa de EJA. Educação e Pesquisa. São Paulo.

Vygotsky, L. (1989). A formação social da mente. Martins Fontes. São Paulo.